



Anais da Assembléia

Nº 126

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Airton Cordeiro e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. DÁLIO ZIPPIN.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. DÁLIO ZIPPIN, ocorrido dia 17 último, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

Como conhecedor do grande trabalho desenvolvido pelo Dr. Dálio Zippin, somos sabedores que deixa uma lacuna impreenchível na sociedade paranaense.

Homem que dedicou toda sua vida no desempenho da advocacia, e também sempre esteve à frente dos interesses dos menos necessitados, como presidente de várias entidades assistenciais.

Desempenhou também, a função de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, como jurista e, muitas vezes integrou a lista triplíce para ocupar o cargo de Desembargador e muitas outras

funções públicas.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. FLÁVIO RUBENS MELLO DE MIRANDA.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. FLÁVIO RUBENS MELLO DE MIRANDA.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

O Dr. FLÁVIO RUBENS MELLO DE MIRANDA, residente em Cascavel, estava respondendo pela chefia do 10.º Distrito Sanitário daquele município.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o trabalho do Dr. Flávio Rubens de Mello de Miranda, quando de sua permanência no Município de Verê no Sudoeste de nosso Estado, por muitos anos. Era pessoa das mais queridas em função da dedicação profissional e comunitária realizada com vocação própria daqueles que emprestaram à vida, algo mais profundo que o passar dos dias.

Médico incansável, dedicado e humanitário, deixa esposa e cinco filhos e uma lacuna impreenchível em nossa sociedade e nos corações de todos aqueles que desfrutaram de seu convívio.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SADI ZORTEA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. SADI ZORTEA, vítima de lamentável acidente no Município de Catanduvas, e antigo funcionário do 10.º Distrito Sanitário de Cascavel.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

SADI ZORTEA veio desaparecer tragicamente em lamentável acidente no Município de Catanduvas. O extinto era pessoa muito querida no seio da família cascavelense.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado DÁLIO ZIPPIN, residente nesta Capital.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado DÁLIO ZIPPIN, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

aa) DAVID CHERIEGATE e ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

DÁLIO ZIPPIN, Advogado formado pela Universidade Federal do Paraná, em 1935, teve destacado desempenho como Presidente da Sociedade de Socorro aos Necessitados nesta Capi-

tal, onde efetuou trabalho magnífico em defesa dos menos favorecidos.

Foi um dos mais tradicionais advogados do nosso Estado, e sua atuação servirá como exemplo a ser seguido pelas futuras gerações.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Médico FLÁVIO RUBENS MELLO DE MIRANDA.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Médico FLÁVIO RUBENS MELLO DE MIRANDA, Chefe do 10.º Distrito Sanitário de Cascavel. Faleceu vítima de lamentável acidente no Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O médico FLÁVIO RUBENS MELLO DE MIRANDA, natural do Rio Grande do Sul, radicou-se no Paraná, especificamente, no Município de Verê, onde como proprietário do Hospital local prestou relevantes serviços àquela população.

Como médico da Secretaria de Saúde se destacou como Médico Sanitarista onde ocupou o cargo de Chefe do Distrito Sanitário de União da Vitória, transferindo-se recentemente para o 10.º Distrito Sanitário de Cascavel, onde vinha desempenhando um profícuo trabalho, principalmente em favor das populações menos favorecidas.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Doutor DÁLIO ZIPPIN, ocorrido nesta Capital.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Senhor Doutor DÁLIO ZIPPIN.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora ANA ZIPPIN, residente na Rua Bom Jesus, 832 - Alto Cabral, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja inserto na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento de Olinto Terra Filho.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento, dia 15 próximo passado, do Senhor Olinto Terra Filho, morador antigo e muito estimado do Distrito de Paiquerê, Município de Londrina.

Requer, outrossim, data vênica, que aprovada a presente proposição, seja por esta Casa, dado ciência a seus familiares através de seu irmão Flanésio Terra, suplente de Vereador, residente naquele Distrito.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Pretende o autor da proposição render uma homenagem, ainda que póstuma, a uma das figuras que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento do Distrito de Paiquerê, no Município de Londrina.

Sua vida, marcadamente voltada para o trabalho, serve agora como exemplo e apanágio de bem servir, razão pela qual, o extinto deixa centenas de amigos e admiradores. O município muito lhe deve, tanto pela contribuição dada no sentido do aperfeiçoamento urbano de Paiquerê, quanto por sua participação política, no sentido da ascensão desse importante povoado no contexto regional, a partir do próprio desenvolvimento e crescimento de Londrina.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja inserto na Ata da presente sessão, um voto de congratulações ao Coordenador do Campus Universitário "Dr. Bezerra de Menezes", pela instituição do Curso de Ciência Política."

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de congratulações ao Coordenador do Campus Universitário "Dr. Bezerra de Menezes", desta Capital, pela instituição do Curso de Ciência Política.

Requer, outrossim, que, aprovada a presente proposição, seja por esta Csa, enviado expediente ao referido Coordenador Professor Octávio Melchades Ulisses, dando-lhe ciência da decisão deste Plenário.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende, Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes mesmo de formular congratulações ao eminente professor paranaense Octávio Melchades Ulisses, coordenador do Campus Universitário "Dr. Bezerra de Menezes" pela criação do Curso de Ciência Política, valorizar uma iniciativa que se nos apresenta como de alta validade cívica, para a formação de uma nova geração de políticos, afinados com esta ciência e capazes de moldar uma nova realidade nacional.

Efetivamente, a classe política não deve prescindir do lastro universitário, especialmente no campo desta ciência, razão pela qual entendemos que o Curso de Ciência Política é uma das mais importantes contribuições para a formação e aperfeiçoamento de quantos pretendam a militância política.

A História nos revela que a política tem sido, ao longo do desenvolvimento e aculturação da sociedade, responsável pelo comportamento da humanidade, diante de todos os desafios. Política, meus Senhores, tem uma acepção muito ampla, na medida em que equaciona e orienta o Homem, desde a solução dos seus problemas domésticos, talvez comezinhos no confronto das grandes teses nacionais, até a emaranhada e difícil conduta parlamentar, exigindo sempre, de cada um, ao menos, antes mesmo da vocação do tribuno, um mínimo de conhecimento, no qual embasar uma ótica mais profunda.

É importante ressaltar a objetividade do Curso de Ciência Política, quando procura transferir ao aluno, certamente um político em potencial, conhecimentos basilares a respeito da Sociedade, da Comunidade, do Estado. Valiosa contribuição quando explicita a amplitude do Poder Político, quando aborda aspectos da Legalidade e Legitimidade do Poder Político.

Há outros itens de igual relevância que tornam essa iniciativa altamente significativa.

Resta-nos afirmar, nesta oportunidade, que a instituição do Curso de Ciência Política, segundo o seu amplo programa, muito valorizará a atividade política, ampliando, sem dúvida, a capacidade de avaliação de quantos, na Capital ou no interior, se empenham no exercício legislativo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a pre-

sente proposição que deve, antes de mais nada, levar àqueles que com sacrifício, mas acima de tudo, com a mais alta visão das nossas carências, instituíram em tão boa hora, o citado curso.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER que o Projeto de Lei nº 19/81 seja transformado em sugestão ao Poder Executivo.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja o Projeto de Lei nº 19/81, de sua autoria, que dispõe sobre aumento das pensões das viúvas de ex-Deputados, transformado em sugestão ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, tendo em vista que em contato que mantivemos com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos e com a Chefia da Casa Civil, pudemos sentir que o Sr. Governador tem o máximo interesse na solução do angustiante problema. Porém, considerando que a iniciativa de projetos dessa natureza são de exclusiva competência do Poder Executivo, é que estamos sugerindo seja o mesmo transformado em apelo ao Sr. Governador.

O referido projeto previa a elevação das pensões das senhoras viúvas de ex-Deputados, de três para cinco salários mínimos, em face do elevado índice de inflação que ocorre no País.

Assim, com a devida vênica, submetemos a matéria à elevada apreciação do Sr. Governador, na certeza de que Sua Excelência a julgará com critério e justiça, enviando a este Legislativo mensagem neste sentido, amenizando a situação aflitiva dessas pensionistas.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Paulo Vieira de Camargo, Vereador e Líder do PDS na Câmara Municipal de Maringá.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para justificar a apresentação de um requerimento que passo à Mesa, nesta oportunidade. (Lê):

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, a fim de que aquela Secretaria, através de sua Assessoria Jurídica, permita, para fins de estabilidade prevista na Lei 6819, de 19/07/76, a adoção do novo critério de contagem de tempo de aulas suplementares efetivado por aquele órgão, para todos os efeitos legais, a professores detentores de dois (02) cargos efetivos, em ambos os cargos, num mesmo período letivo, desde que esses professores tenham ministrado aulas em disciplinas diversas ou essas aulas constem em atos distintos.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 6819, de 19/07/76, que reconheceu a estabilidade dos servidores públicos estaduais, prevista no § 2º do art. 177, da Constituição Federal de 1967, determinou que esses servidores possuissem até 15 de março de 1967, tempo de, pelo menos, cinco anos de serviço público.

Mais tarde, em 21/06/77, pela Resolução 3855, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, foi concedida a contagem para fins dessa mesma estabilidade, de tempo de serviço municipal, federal e de outros Estados da Federação, bem como

foi aberto novo prazo para juntada dessas certidões, pelo período de noventa dias.

Aos professores que tivessem feito juntada de tempo de serviço oriundo de exercício de aulas suplementares de períodos anteriores a 15/03/67, muitos desses processos foram indeferidos na ocasião, sob a alegação de que os mesmos tinham utilizado esse tempo em outro cargo efetivo, para todos os efeitos legais, para fins de adicionais, de licenças especiais e de outras vantagens decorrentes da lei.

E, por essa razão, esse tempo não poderia ser computado em duplicidade para dois cargos distintos, entre eles o da estabilidade constitucional.

Recentemente, porém, essa mesma Secretaria de Estado tem adotado novo critério para contagem de tempo de aulas suplementares, incorporável em um e em outro cargo efetivo, desde que essas aulas sejam ministradas em disciplinas distintas ou que constem em atos distintos, durante um mesmo período letivo.

Ao professor é lícito acumular dois cargos. É o que reza o art. 99, inciso II, da Constituição Federal vigente. Todas as demais legislações estaduais e específicas do magistério acompanham essa prerrogativa legal concedida pela Carta Magna.

Se ao professor é permitido possuir dois cargos distintos, para esses cargos devem ser somados tempos distintos de execução de tarefas diversas dentro do campo profissional, quer para todos efeitos legais, quer para efeito de aposentadoria e de disponibilidade.

No exercício de aulas suplementares, durante um mesmo período letivo, o professor teve e tem oportunidades de lecioná-las em escolas diversas, gerando, conseqüentemente, atos distintos de designação.

Da mesma forma, em um mesmo estabelecimento de ensino, designado por um mesmo ato, o professor lecionou uma e outra disciplina correlata, executando, o mais das vezes, tarefas diferentes, porque as disciplinas — embora correlatas — eram diferentes em sua maneira de tratar e de ensinar.

Os Diários Oficiais do Estado constantemente vêm publicando portarias de contagem de tempo, para todos os efeitos legais, de aulas suplementares, num mesmo período letivo, em dois cargos distintos de um mesmo professor, desde que essas aulas tenham sido ministradas em disciplinas diferentes, ou que constem de portarias e/ou resoluções distintas.

Seria uma injustiça negar a esses professores que requereram a estabilidade nos termos da Lei 6819/76, o direito também de tal contagem, segundo os critérios adotados recentemente pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Como injusto seria não conceder revisão desses processos indeferidos anteriormente, desde que o professor possa provar essa contagem dentro dos critérios em vigor naquele órgão.

Essas são as razões pelas quais faço o presente apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, Dr. Segismundo Morgenstern, para que libere o critério de contagem de tempo de aulas suplementares adotado pelo setor competente daquela Secretaria de Estado, para fins de estabilidade prevista pela Lei 6819/76, e que dê oportunidade a tantos quantos possam provar essa contagem, de revisão de seus processos indeferidos por essa mesma razão.”

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Torna-se cada dia mais difícil, mesmo aos homens mais atentos a este País, analisar as medidas deste Governo, e concluir que existe uma “política econômica” ou um “modelo” em vigência.

Parece-nos óbvio, por exemplo, que estamos sendo dados de bandeja aos credores internacionais. Parece-nos óbvio também que os gritos do povo ou não são ouvidos ou soam como mais um entre tantos desesperados. O que vemos, entretanto, e com clareza, Senhores, é que uma política louca desgoverna este Brasil e nós pagamos por ela. E pagamos muito caro.

Sobe a alimentação. A cada momento, produtos essenciais se tornam artigos de luxo; sobem as prestações, os alugueres, e a população marginalizada parte, em bandos, para a periferia, a ocupar barracos e cortiços; sobem agora os preços dos combustíveis que, se por um lado atinge a já massacrada classe média, acabarão por sufocar ainda mais o trabalhador assalariado por mais dívidas, mais dificuldades. Tudo sofre, neste País, com o peso das majorações nos preços dos combustíveis.

Uma economia atrelada como a nossa e que vive de sobressaltos que a política internacional de preços impõe, e dos efeitos colaterais, e a longo prazo que a entrega, através da dívida, está sempre a trazer.

A gasolina que atinge a classe média, a 85,00 o litro. Majoração de 13,3 por cento; o álcool carburante, a grande mentira que enganou os brasileiros, a 52,00, um aumento de 8,3 por cento; o óleo diesel, que move toda a frota brasileira de caminhões e fábricas ainda não adaptadas à eletricidade, vai a 50,00, num aumento de 19 por cento, o mais alto de todos.

Até na escolha das prioridades dos aumentos, há profundas contradições neste País. Sabemos que os preços da OPEP estão congelados, e daí, como ficam as argumentações?

Senhor Presidente.

A grande vergonha que temos nós, da Oposição, neste País, é justamente deste Governo, que há 17 anos se esqueceu de dar satisfações a toda a sociedade.

E digo a toda a sociedade, porque, neste momento, são diversos os segmentos de todo povo brasileiro, aflitos, com as medidas oficiais.

Uma onda de loucura, já impregnada nos governantes, toma a cada momento, caracteres da mais profunda delinquência. E repetimos, as vítimas são muitas. É todo o povo brasileiro.

Ainda esta semana que passou, soaram altos os protestos da indústria naval brasileira.

Os estaleiros, sabemos há muito, trabalham com uma ociosidade que chega a 70 por cento. Não existe um estaleiro sequer para dar exemplo de que existe uma política que favoreça, pelo menos um fabricante do setor.

E, a par do alto índice de ociosidade que gera o desemprego, e transforma o desemprego em política opcional do Governo para conter a inflação, sai o Sr. Delfim a fazer compras. E com o nosso dinheiro.

Este homem, cuja luta vem se caracterizado em provar que o Brasil tem crédito, acumulando mais dívidas, não está preocupado com os efeitos desastrosos de suas infelizes idéias. A prova é que está fechando contratos para a importação de 20 navios por nada menos do que 600 milhões de dólares.

Senhores, 600 milhões de dólares é dinheiro para produzir emprego a alguns milhares de desempregados neste País. Há quem afirme que abriria 100 mil vagas. E não venha o Sr. Delfim a argumentar que é preciso comprar para que comprem nossas mercadorias. O que passa na cabeça deste super-Ministro, autor dos super erros, na verdade, é que a grande mercadoria brasileira é o próprio Brasil. São suas riquezas minerais, que ele já entregou; são as suas prioridades, que ele sepultou no dia a dia do seu desvario; são os brasileiros, cujas vontades nada valem.

Assim, Srs. Deputados, ao ouvir dos bem pagos homens deste desgoverno que "exportar é o que importa", podemos

bem compreender o sentido de suas palavras. É um jogo inteligente, pois entrega o que temos, e aqueles que a pronunciavam, apenas levam os lucros; e compramos para que, seguros no poder através de cartas de crédito e a garantia da dependência perpetuam suas intenções.

Não podemos estar iludidos que o massacre contra o povo deixaria ileso alguma parcela da população, senão aquela que apoiou e apoia o regime.

E neste quadro, o povo continua sendo o prêmio a ser entregue àquele que vencer a batalha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich. — (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. (Declina).

A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou hoje recebendo resposta de um pedido de informação que fiz à Secretaria de Administração, com respeito a uma licitação envolvendo a empresa brasileira de Vigilância Ltda. cuja resposta vou procurar levantar detalhes que possam trazer à luz um caso que deixou a dúvida quanto às concorrências no Estado do Paraná, mas vou procurar, com calma, para trazer à tribuna em caráter pessoal.

Neste horário, gostaria de fazer um alerta aos políticos, e principalmente aos homens do PDS, quanto ao que vem acontecendo em termos federais e nacionais com respeito às eleições de 1982.

Sentimos que realmente o Governo não está preocupado em estabelecer critérios que visem a definição da eleição de 82.

Os candidatos das Oposições, já estão se movimentando em termos de campanha eleitoral, e na verdade, os homens que militam no partido da Situação, do partido do Governo, não estão preocupados com este tipo de campanha. Tanto é que nem sequer os nomes dos candidatos ao Governo pelo PDS estão ainda definidos.

Nada ficou estabelecido, o que faz crer que aqueles que estão em ligação permanente com o Governo Federal, com os mandatários do Poder, que são os homens da Situação, estão despreocupados com esse item, eleição 82.

E nem campanha vêm fazendo.

E até observamos pelas ruas da cidade, os nomes de José Richa, Jayme Canet Júnior e de Vilela Magalhães, que são homens da Oposição.

Mas não ouvimos até agora, nenhum tipo de propaganda eleitoral de um Ney, de um Saul, de um Belinatti, desses vinculados ao partido do Governo. Apenas o Sr. Paulo Pimentel é que vem fazendo campanha eleitoral através de emissoras de televisão, mas todos sabem de sua ligação nada comum ao Governador Ney Braga.

Mas, aqueles que estão militando dentro do Palácio Iguaçu, e que tem, naturalmente, uma linha direta com o Palácio do Planalto, não estão preocupados em fazer campanha.

Isso faz crer ao observador mais atento, que as eleições de 82 estão dentro e mergulhadas num mar de dúvidas.

Não sabemos as regras do jogo; o Congresso Nacional não as definiu, ainda, e já estamos por terminar o ano de 1981. Mais um mês e o Congresso já estará, praticamente, com suas portas fechadas, para debates de decisões desse nível.

Assim sendo, somente a partir de março de 1982, é que poderemos então, começar a falar em definições para as eleições de 1982.

Isso faz crer que essa nuvem cinzenta que paira sobre a política nacional, possa ainda gerar frutos negativos, de incertezas, prejudicando mais uma vez, o político brasileiro, e principalmente o povo que aguarda, que anseia e que espera por desabafar nas urnas, protestar nas urnas e nas urnas fazer com que o Governo reconheça seus erros e que o povo extravase realmente, o seu descontentamento.

Tenho a impressão — pensamento pessoal — que as eleições de 82 não estão garantidas, não estão asseguradas. E estão, realmente, correndo o risco de, mais uma vez, ver as urnas colocadas em cantos seguros, esquecidas e vazias.

Deixo este alerta pensando no que possa acontecer no amanhã e, principalmente, para que nossos Companheiros se movimentem no sentido de pressionar os homens que estão no Governo Federal, os Deputados Federais e Senadores para que, através do Congresso, façam apressar este caminho que é a regularização e a definição da regra eleitoral para as eleições de 1982.

Era só, Sr. Presidente João Mansur. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulto a Liderança do PP.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 10/81), que subscreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J. e C.J., por unanimidade. — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, voltamos, mais uma vez, a usar da palavra para encaminhar a votação do Projeto de Lei n.º 05/81, como já tivemos oportunidade de o fazer na última quinta-feira, quando dizíamos que a nossa bancada estaria impedida de apreciar tal matéria, tendo em vista que para o mesmo, havia sido solicitada a sua retirada por cinco sessões, para que alguns esclarecimentos chegassem a esta Casa. E, desta forma, nossa Bancada pusesse votar e analisar corretamente esta matéria.

É evidente que a nossa bancada não se posicionaria contra esse projeto de lei, mas existem alguns detalhes que precisam ser esclarecidos para que esta Casa não assine uma doação em branco, ou seja, a entrega de um imóvel para subscrever aumento de capital na COHAPAR.

Então, argüimos naquela oportunidade, para que o Líder da Bancada do PDS se manifestasse a respeito, para que pudessemos votar esta matéria.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero pedir escusas ao nobre Deputado Darcy Deitos, pelo seguinte fato:

Na sessão de quinta-feira, por motivos alheios à minha vontade, fui obrigado a me ausentar durante a votação do Projeto de Lei 05/81, porém eu já tinha em mãos as informações solicitadas pelo nobre Deputado Darcy Deitos, e por esquecimento foi que não encaminhei a Sua Excelência. Entretanto, eu o faço neste instante, através desta tribuna, respondendo os quesitos do seu Pedido de Informações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O nobre Deputado Darcy Deitos indaga, no seu requerimento, primeiro, qual o órgão que fará a avaliação do imóvel em tela; segundo, que se informe o resultado da avaliação requerida; terceiro, qual o regime das ações a serem adquiridas; quarto, prazo de execução da obra; quinto, obrigatoriedade de reversão ao patrimônio do Estado, se, no prazo estipulado a obra não for concluída.

Bem, Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da operação pretendida, as três primeiras dúvidas levantadas são facilmente elucidadas, porque encontram respostas na própria legislação federal aplicável e no Estatuto da COHAPAR, e as duas últimas, em consequência, carecem de pertinência.

Conforme determinam os artigos 8.º e 170, § 3.º da Lei das Sociedades por Ações, que é a Lei Federal 6404, de 15/12/76, o imóvel deverá ser avaliado por uma comissão de peritos a ser nomeada em Assembléia Geral dos Acionistas da COHAPAR, dentre os quais o Estado que é, evidentemente, majoritário.

Esta nomeação, por outro lado, tem como pressuposto prévio, a autorização legislativa objetivada com o presente projeto de lei, motivo pelo qual não se pode conhecer, “a priori” o resultado da avaliação, como deseja o Deputado Darcy Deitos, e as ações a serem adquiridas serão ordinárias, nominativas, conforme prevê o artigo quarto do Estatuto da COHAPAR.

Então, é óbvio que as indagações do Deputado Darcy Deitos quanto à obrigatoriedade de reversão ao patrimônio do Estado, reversão do imóvel na hipótese de descumprimento do prazo, somente seriam cabíveis se, o Estado pretendesse adotar doação desse imóvel; como no caso trata-se de uma alienação onerosa, equiparável a uma compra e venda em que o preço será representado pelo valor, não tem sentido se sujeitar o comprador a cumprimento de prazo, muito menos à condição de reversão.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como avaliámos muito bem o que levou o Deputado Darcy Deitos a fazer o seu requerimento, consideramos sua atuação como o bom cumprimento do exercício do seu mandato parlamentar, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o zelo que o Deputado deve ter, evidentemente, pela coisa pública, pelos bens do Patrimônio. Então, espontaneamente, embora a lei não determine, vamos fazer chegar às mãos do nobre Deputado Darcy Deitos a avaliação do imóvel, com todos os detalhes exigíveis no caso.

Nestas condições, Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que, a votação em segunda discussão do Projeto de Lei 05/81, seja feita apenas na sessão de amanhã. Já encaminhei requerimento a Vossa Excelência, para que o nobre Deputado Darcy

Deitos tenha tempo de analisar detalhadamente o laudo de avaliação que farei chegar às mãos de Sua Excelência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 05/81, por uma sessão. — Aprovado. Portanto, retirado por uma sessão o Projeto.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 40/81, que revoga a Lei nº 7027, de 01 de outubro de 1979 (Divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguau). — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 40/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogada a Lei nº 7027, de 01 de outubro de 1979, e restabelecidas as divisas anteriores entre os Municípios de Maringá e Mandaguau.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 100/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL”, com sede e foro na Cidade de Rio Azul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 44/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORONEL VIVIDA”, com sede e foro na Cidade de Coronel Vivida. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 83/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o “NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA DA ORDEM DO GRAAL DA TERRA”, com sede em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Distrito Administrativo de Fazenda Rio Grande no Município de Mandirituba, com divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA, por unanimidade. —

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda. — Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que altera a Lei nº 6407, de 11 de junho de 1973 (Fundação IPARDES). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 93/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica alterada a denominação de “Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES”, para “FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA”.

Art. 2.º — O Art. 6.º da Lei nº 6407, de 11 de junho de 1973, passará a ter a seguinte redação:

“O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado do Planejamento, que o presidirá, e pelo Presidente da Fundação, como membros natos, além de três outros membros nomeados pelo Governador do Estado, sendo um representante da Universidade do Paraná, oriundo de área afim à da Fundação, um da Associação Comercial e um da Federação das Indústrias do Paraná”.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Tomaz Edison de Andrade Vieira, paranaense ilustre, prematuramente arrebatado de forma trágica do ideal de servir, herdara do pai Avelino a fé inabalável no potencial da iniciativa privada, em sua contribuição para solucionar os problemas do Paraná. Exemplo disso aí está, nessa gigantesca obra do grupo BAMERINDUS, que ele presidia com segurança e otimismo.

O Sr. Edison Vieira, ambicionava criar um centro de estudos, um organismo ágil e eficiente, integrado pelas forças representativas dos diversos setores da sociedade, com o objetivo de debater os problemas econômico-financeiros do Estado e apresentar soluções concretas ao Governo.

Homem culto e sensível, Edison Vieira não era indiferente às preocupações estudantis, às carências do homem do campo, do comércio e da indústria, cujos reclamos ele queria fossem auscultados. Ao contrário, preconizava a necessidade de aglutinação de forças, que ele denominava “arquipélago de esforços”, para evitar a dispersão de iniciativas isoladas ou paralelas que, aos poucos, vão perdendo o vigor inicial e acabam por extinguir-se.

Nestas circunstâncias, duas finalidades se apresentam neste Plano de Lei: primeiramente, homenagear o ilustre paranaense, emprestando seu nome para designar uma fundação já existente, com objetivos paralelos ao seu ideal; depois, tecer modificações na Fundação IPARDES com o fito de ampliá-la e melhor adequá-la a seus objetivos, para se cumprir, dessa forma, o sonho desse vulto emérito do Paraná — sonho digno de ser vivido.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
N.º 93/81

PARECER:

O Projeto de lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, tem como duplo objetivo a alteração da denominação de “Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES”, que passaria a ser denominada “FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA”, e a modificação da Constituição de seu Conselho de Administração.

No que diz respeito à primeira das finalidades propostas, quer nos parecer das mais justas a homenagem que se quer prestar à memória do eminente paranaense Edison Vieira, prematuramente desaparecido em acidente aviatório, que enlutou nosso Estado e que, sem dúvida, teve e sempre terá seu nome intimamente ligado ao Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, pelo qual tanto batalhou.

O plano de lei propõe, ainda, a alteração da constituição do Conselho de Administração da dita Fundação, em se

tratando de medida que visa sua agilização para que possa, assim, melhor atender às finalidades a que se destina, não vemos óbice a opor.

Nestas condições, somos pela aprovação, na forma da Emenda Substitutiva, apresentada pelo autor.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
LEONIDAS CHAVES — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 47/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 16/81 (Mens. Govern. n.º 17/81), que aprova o Termo de Renovação do Convênio n.º 117/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CIANORTE, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 16/81

PARECER:

Oriunda de mensagem governamental, visa esta proposição o "referendum" deste Poder a termo de renovação do Convênio 117/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cianorte, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Revela-se o interesse público nos próprios termos do tratado.

Cumpridas que foram as formalidades legais, somos pela respectiva RATIFICAÇÃO, nos termos do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 46/81, (Mens. Govern. n.º 48/81), que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, com o Município de PIRAQUARA, objetivando aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 46/81

PARECER:

Originária de mensagem governamental, visa esta Proposição o "referendum" deste Poder a convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, com o Município de Piraquara, objetivando aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí.

Do próprio texto do tratado, ressalta o interesse público da medida.

Foram cumpridas as exigências legais, motivo por que merece a RATIFICAÇÃO nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 57/81 (Mens. Govern. n.º 63/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Indústria e Comércio, visando a realização da "II FEIRA BRASILEIRA DE ARTESANATO". — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 57/81

PARECER:

Oriunda de Mensagem Governamental 63/81, a presente proposição tem por finalidade o referendo desta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado em 15/06/81, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial, visando a realização da "II Feira Brasileira do Artesanato".

De acordo com o Art. 47, inciso IX da Constituição Estadual, a competência para a celebração de convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, "ad referendum" do Poder Legislativo, é do Chefe do Poder Executivo.

Analisando-se o Convênio firmado, temos que o mesmo vem de encontro aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua RATIFICAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
WALDYR PUGLIESI — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 59/81, (Mens. Govern. n.º 65/81), que aprova os Termos Aditivos a Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de CENTENÁRIO DO SUL, COLORADO, MOREIRA SALLES, SANTA ISABEL DO IVAÍ e TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos referidos municípios — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 59/81

PARECER:

A presente Proposição 59/81, oriunda da Mensagem Governamental 65/81, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de CENTENÁRIO DO SUL, COLORADO, MOREIRA SALLES, SANTA ISABEL DO IVAÍ e TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede dos referidos municípios.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício dos aludidos municípios.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;
WALDYR PUGLIESI — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/81, oriundo

Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 61/81, (Mens. Govern. n.º 67/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Instituto do Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para incremento e Racionalização de Alcool de Cana".— **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/81**

(Ex-Proposição n.º 61/81)

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 1.º de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Produção de Alcool de Cana".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 68/81, (Mens. Govern. n.º 75/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos na execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios citados, de conformidade com a programação para o exercício de 1981, do PRONOROESTE.— **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 68/81**

PARECER

A Mensagem Governamental n.º 75/81, de 10 de agosto do corrente ano, submete à apreciação desta Casa os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios de Cambira, Planaltina do Paraná e São João do Caiuá, datados de 17.07.81 e 22.06.81, respectivamente, objetivando a execução de obras de combate à erosão.

Estabelece a Constituição do Estado, no inciso IX, do Art. 47, que ao Governador é facultada a celebração de convênios com municípios. Dessa forma, a matéria tem amparo constitucional.

Por outro lado, a mesma Carta, no inciso VIII, do Art. 22, confere à Assembléia Legislativa a atribuição de referendar tais convênios, o que se faz, nesta oportunidade, através do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1981

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 63/81, (Mens. Govern. n.º 69/81), que aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nestes municípios.— **Aprovado.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 63/81**

A presente Proposição n.º 63/81, oriunda da Mensagem Governamental n.º 69/81, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de convênio firmado entre o Governo do

Estado do Paraná e os Municípios de Abatiá, Assis Chateaubriand, Cidade Gaúcha, Doutor Camargo, Formosa do Oeste e Umuarama, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nos referidos municípios.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício dos aludidos municípios.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente,

WALDYR PUGLIESI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Dálio Zippin, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Médico Flávio Rubens Mello de Miranda, Chefe do 10.º Distrito Sanitário de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Dálio Zippin, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sadi Zortea, funcionário do 10.º Distrito Sanitário de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Dálio Zippin, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Flávio Rubens Mello de Miranda.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Santos Gemin, ocorrido dia 9 pp, no Município da Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ervino Swarowski, ocorrido dia 05 de outubro, na Cidade de Rio Negrinho.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Ruy F. Itiberê da Cunha, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Antônio Carlos Moletta Machado, ocorrido no dia 12 p.p., do corrente, na BR 277, próximo ao Município de Prudentópolis.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 69/81, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de Curiúva, para consulta à população sobre a criação do Município de Figueira.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. José Martins do Carmo, ocorrido no último dia 10, na Cidade de Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Osvaldo Octávio Pereira, ocorrido ontem, na Cidade de Apucarana.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wanderley Antunes de Moraes, ocorrido dia 12 do corrente, na Cidade de Londrina.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 68/81, que trata de divisas do Município de São Jorge do Patrocínio.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando à Comissão Executiva desta Casa, que fixe a data de 03/12/81, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Cardeal D. Evaristo Arns.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei n.º 114/81, que cria o Município de Santa Terezinha, desmembrado do território do Município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo desta Assembléia Legislativa aos professores do Paraná, pela passagem do "Dia do Professor".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja marcada Sessão Solene para entrega de Título de Cidadão Benemérito do

Paraná no dia 10 de novembro vindouro, ao Sr. Ophir Rui Woitowicz.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 70/81, que trata sobre a alienação de terras através do ITC, conforme especifica, aos seus atuais ocupantes legítimos e dá outras providências.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olinto Terra Filho, antigo morador do Distrito de Paiquerê, Município de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 54/81.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

4 Srs. Deputados o aprovam;

6 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5/81.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 44, 76, 83 e 87/81

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 93/81 e de Resolução n.ºs 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53/81.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/81.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 342/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

exonerar JOÃO BATISTA FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo n.º 131/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 7663).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 343/81

I — prover JOSÉ SEVERINO SILVA FELINTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 7663).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29/09/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 344/81

revogar a partir de 31 de agosto de 1981, o Decreto Legislativo n.º 204/81, que autorizou o funcionário RONALDO CATARINO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da 1a. Secretaria, tendo em vista que o citado servidor foi aposentado pelo órgão de origem.

(Protoc. n.º 8160).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 345/81

autorizar LEÔNIDAS ANTÔNIO RODRIGUES DIAS, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 21 de julho a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 82/81.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 346/81

autorizar SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Departamento Administrativo, no período compreendido entre 28 de julho a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 82/81.

(Protoc. n.º 6249).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 347/81

autorizar OSIRISMACHADO, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo 6-C, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Teixeira, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 27 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 8121).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 05/10/81

JOÃO MANSUR, Presidente

AUGUSTO CARNEIRO, 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI, 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 348/81

alterar para Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros), o valor constante do Art. 4.º, do Decreto Legislativo n.º 81/81, de 16 de março de 1981.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 349/81

exonerar DIRCEU ARANTES PEREIRA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Florivaldo Palácios.

(Protoc. n.º 8660).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 350/81

I — prover VILSON DA SILVA NATAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Florivaldo Palácios; e,

II — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 8660).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06/10/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 351/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 222/81, que atribui a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista no Gabinete da Presidência, ao funcionário VILSON DA SILVA NATAL, ora à disposição deste Poder.

II — atribuir ao funcionário JOEL DA SILVA NATAL, matrícula n.º 341, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista no Gabinete da Presidência.

(Protoc. n.º 8659).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 352/81

autorizar os funcionários LUIZ PREU, RAMOS ABRAHÃO GEBRIM NETO e SÉRGIO ROBERTO ALVES, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Serviço de Segurança, até 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 82/81.

(Protoc. n.º 8074).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 353/81

autorizar TÂNIA CHEREN REINERT, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, até 31 de dezembro de 1981, junto ao Gabinete da Presidência, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 82/81.

(Protoc. n.º 8230).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 354/81

exonerar JUAREZ ROLIM DE ALBUQUERQUE, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rubem Valduga, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 200/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 8228).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 355/81

I — prover EVILÁZIO CIPRIANO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rubem Valduga; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 8228).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 356/81

exonerar SEBASTIÃO LUIZ GONZAGA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

(Protoc. n.º 8407).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 357/81

I — prover CECÍLIA MARIA TEIGÃO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 8407).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 358/81

revogar o Decreto Legislativo n.º 157/81, que designou o funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula n.º 483, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PDS.

(Protoc. n.º 7511).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 13/10/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 701/81

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar no Departamento Legislativo, o funcionário NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula n.º 491, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. n.º 6710).

Gabinete da Diretoria Geral em 29/09/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 702/81

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1981, do funcionário ANTÔNIO CARLOS DUARTE, permanecendo sua designação atual.

(Protoc. n.º 8261).

PORTARIA N.º 703/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ADALBERTO DAROS, matrícula n.º 347, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 14 de novembro de 1976 e 14 de novembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1975, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 3181).

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/09/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 704/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELDO GEVEZIER, matrícula n.º 056, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 7569).

PORTARIA N.º 705/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO CECY, matrícula n.º 060, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 8056).

PORTARIA N.º 706/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES, matrícula n.º 311, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) anos, dez (10) meses e quatro (04) dias em que prestou serviços na Prefeitura Municipal de Cascavel, na qualidade de auxiliar dos Serviços de Transportes, do Departamento de Obras Públicas, no período compreendido entre 20 de janeiro de 1953 e 24 de novembro de 1960.

(Protoc. n.º 7761).

PORTARIA N.º 707/81

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário ISRAEL DINIZ, matrícula n.º 069, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 8063).

PORTARIA N.º 708/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA DOLORES TÚLIO BARVIK, matrícula n.º 218, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1976 e 07 de março de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 7513).

PORTARIA N.º 709/81

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao

acervo de serviço público de LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula n.º 507, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 16 de maio de 1976 e 16 de novembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio.

(Protoc. n.º 7512).

PORTARIA N.º 710/81

I — revogar a Portaria n.º 087/80, na parte em que se refere à funcionária HELENA REGINA STEPHAN, matrícula n.º 076, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que concedeu à mesma, férias referentes ao exercício de 1980; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor da citada funcionária, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975.

(Protoc. n.º 3116).

PORTARIA N.º 711/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ISMAR DELAGASSA PASSOS — Mat. 263

RONALDO LOPES LINHARES — Mat. 086.

(Protoc. n.º 8015).

PORTARIA N.º 712/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ, matrícula n.º 171, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos

do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 24 de janeiro de 1973 e 24 de janeiro de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo quinquênio e das férias de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 10225).

PORTARIA N.º 713/81

designar NORBERTO HUSCH, matrícula n.º 520, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços como Motorista no Gabinete da Presidência.

(Protoc. n.º 8298).

PORTARIA N.º 714/81

revogar a Portaria n.º 475/81, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, o funcionário JOÃO WALTER FERREIRA MAYER, tendo em vista seu retorno ao órgão de origem.

(Protoc. n.º 8266).

PORTARIA N.º 717/81

revogar a Portaria n.º 308/81, que designou para prestar serviços no Gabinete da 1ª. Secretaria, até 31 de dezembro de 1981, o funcionário RONALDO CATA-RINO, ora à disposição deste Poder, tendo em vista sua aposentadoria, junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, a partir de 31 de agosto de 1981.

(Protoc. n.º 8160).

PORTARIA N.º 718/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada ao Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ DA TRINDADE, matrícula n.º 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 7382).

PORTARIA N.º 719/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IZIDORO CECCON, matrícula n.º 071, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º,

da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de um (01) ano correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o primeiro decênio, compreendido entre 1.º de julho de 1970 e 1.º de novembro de 1979, antecipado em razão das férias de 1971, 1972, 1975 e 1976, contadas em dobro. (Protoc. n.º 7328).

PORTARIA N.º 720/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário RUI FRANCISCO GABARDO, matrícula n.º 605, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 6803).

PORTARIA N.º 721/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais em favor de ELIO DUARTE DIAS, matrícula 009, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 10 de janeiro de 1974 e 10 de maio de 1978, antecipado em razão da incorporação anterior e das férias de 1975, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 7562).

PORTARIA N.º 722/81

designar JOÃO BATISTA FERREIRA DA SILVA, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Kirinus, a partir de 24 de setembro de 1981.

(Protoc. n.º 8240).

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/10/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 723/81

I — revogar a Portaria n.º 058/81, na parte em que se refere à funcionária JOANA DE LIMA, matrícula n.º 558, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que concedeu férias à funcionária acima citada.

II — conceder à funcionária em apreço, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 1.º de outubro de 1981.

(Protoc. n.º 8365).

PORTARIA N.º 724/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de BERTOLDO SCHWARZBACH, matrícula 009, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979 e 1980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de julho de 1976 e 07 de março de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1975, 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 7364).

PORTARIA N.º 725/81

designar VALTRUDES SILVEIRA NETO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 8158).

PORTARIA N.º 726/81

designar ENEAS EUGÊNIO PEREIRA FARIA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 24 de setembro a 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 8454).

Gabinete da Diretoria Geral, em 06/10/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL
PORTARIA N.º 727/81

designar IRINEU CESAR FIORANI, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Ruben Valduga, a partir de 05 de outubro de 1981.

(Protoc. n.º 7675).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/10/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 728/81

designar TEREZINHA DE LOURDES COSTA, funcionária deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, a partir de 05 de outubro de 1981.

(Protoc. n.º 8504).

PORTARIA N.º 729/81

designar REGINA IONE FRANÇA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, no período compreendido entre 30 de setembro a 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 8593).

PORTARIA N.º 730/81

I — transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ, matrícula n.º 556, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

e,
II — mandar contar, a seu favor, para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975.

(Protoc. n.º 6568).

PORTARIA N.º 731/81

I - revogar a Portaria n.º 058/81, na parte em que se refere às funcionárias IZAIR PEREIRA FLORES, Mat. 206 e JOSINA PEREIRA JANJÃO, Mat. 157, tendo em vista que as citadas funcionárias estão exercendo cargo de Chefia neste Poder.

II — transferir para o período de 1.º a 30 de dezembro de 1981, as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, à funcionária IVETE HENEQUEN DRANKA, matrícula n.º 155, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 7355).

PORTARIA N.º 732/81

revogar a Portaria n.º 070/79, de 16 de fevereiro de

1979, que autorizou DIRCEU ARANTES PEREIRA FILHO, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Florivaldo Palácios, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 8660).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/10/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 733/81

I — revogar a Portaria n.º 583/81, que designou para prestar serviços no Serviço de Segurança, o funcionário RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços como Motorista, junto ao Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. n.º 8748).

PORTARIA N.º 734/81

conceder ao funcionário JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, matrícula n.º 124, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1980, a partir de 26 de outubro de 1981.

(Protoc. n.º 8673).

PORTARIA N.º 735/81

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n.º 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 5798).

PORTARIA N.º 736/81

designar MARIA TEREZA CALDART, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria, até 20 de agosto de 1982.

(Protoc. n.º 7463).

PORTARIA N.º 737/81

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário JOSÉ ARY NASSIF, matrícula n.º 272, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 5428).

PORTARIA N.º 738/81

revogar a Portaria n.º 237/79, que autorizou SEBASTIÃO LUIZ GONZAGA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(protoc. n.º 8407).

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/10/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA
2a. SESSÃO LEGISLATIVA - 9a. LEGISLATURA
3a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano

de hum mil novecentos e oitenta, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala das Reuniões. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos. A reunião teve como objetivo a situação em que se encontra a cultura de feijão das secas em nosso Estado. O Sr. Presidente debateu com muita propriedade a situação em que se encontra o agricultor sobre a crise do feijão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar, e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e assinada pelo Sr. Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado LÁZARO DUMONT

Presidente

MARLENE COUTO DE CRISTO
Secretária